

TRT-PR

ANALISTA JUDICIÁRIO CONTABILIDADE

Tribunal Regional do
Trabalho da 9ª Região / PR



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- Domínio da ortografia oficial.
- Emprego da acentuação gráfica.
- Emprego dos sinais de pontuação.
- Emprego do sinal indicativo de crase.
- Flexão nominal e verbal.
- Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.
- Domínio dos mecanismos de coesão e coerência textual.
- Emprego de tempos e modos verbais.
- Vozes do verbo.
- Concordância nominal e verbal.
- Regência nominal e verbal.
- Morfossintaxe.
- Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).
- Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- Figuras de linguagem.
- Argumentação.
- Discurso direto, indireto e indireto livre.
- Adequação da linguagem ao tipo de documento.
- Classes de palavras e termos da oração.
- Processos de coordenação e subordinação.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

- Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas.
- Frações e operações com frações.
- Números e grandezas proporcionais:

razões e proporções;
divisão em partes proporcionais;
regra de três;
porcentagem e problemas.

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Do Poder Judiciário: disposições gerais;
do Supremo Tribunal Federal;
do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência;
do Superior Tribunal de Justiça;
dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais;
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.
Do Tribunal Superior do Trabalho, Dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.

2 Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1 Administração pública: princípios básicos.
2 Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia;
3 Serviços Públicos: conceito e princípios.

4 Ato administrativo: conceito; requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.

5 Organização administrativa: administração direta e indireta.

6 Contratos administrativos: conceito e características.

7 Licitações - Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores: conceito, objeto, finalidades e princípios, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, vedação, modalidades, procedimentos e fases, revogação, invalidação, desistência e controle.

Lei do Pregão, Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços - Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005 e Decreto nº 7.892/2013. Contratos administrativos: características; formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão dos contratos administrativos; sanções administrativas.

8 Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.

9 Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - Lei nº 8.112/1990: Das disposições preliminares; Do provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição. Dos direitos e vantagens: do vencimento e da remuneração; das vantagens; das férias; das licenças; dos afastamentos; Do direito de petição. Do regime disciplinar: dos deveres e proibições; Da acumulação; Das responsabilidades; Das penalidades.

10 Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal - Lei nº 9.784/1999: das disposições gerais; dos direitos e deveres dos administrados.

11 Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992: das disposições gerais; dos atos de improbidade administrativa.

CONTABILIDADE GERAL

1 Pronunciamentos contábeis vigentes no Brasil emitidos pelo CPC. Resoluções relativas as normas contábeis vigentes no Brasil emitidas pelo CFC. Pronunciamento Conceitual Básico emitido pelo CPC.

2 Teoria da Contabilidade: conceito, objetivo e objeto.

3 Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido).

4 Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais.

5 Contas patrimoniais e de resultado.

5.1 Apuração de resultados.

5.2 Plano de contas.

- 6 Funções e estrutura das contas.
 - 6.1 Classificação das contas
- 7 Análise econômico-financeira.
 - 7.1 Indicadores de liquidez.
 - 7.2 Indicadores de rentabilidade
 - 7.3 Indicadores de lucratividade.
 - 7.4 Análise vertical e horizontal.
- 8 Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas.
- 9 Avaliação e contabilização de itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país.
- 10 Destinação de resultado.
- 11 Custos para avaliação de estoques.
- 12 Custos para tomada de decisões.
- 13 Sistemas de custos e informações gerenciais.
- 14 Estudo da relação custo versus volume versus lucro.
- 15 Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
 - 15.1 Balanço patrimonial.
 - 15.2 Demonstração do resultado do exercício.
 - 15.3 Demonstração do Resultado Abrangente
 - 15.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - 15.5 Demonstração do fluxo de caixa (métodos direto e indireto).
 - 15.6 Demonstração do valor adicionado.
 - 15.7 Notas Explicativas as demonstrações contábeis.
- 16 Regime de competência e regime de caixa.
- 17 Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- 18 Código de Ética do Profissional da Contabilidade: Resoluções CFC: nº 803/96 e nº 1.307/10 - Código de Ética Profissional do Contador.
 - NBC PG 100 - Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade;
 - NBC PG 200 - Contadores que prestam serviços (Contadores Externos) e;
 - NBC PG 300 - Contadores Empregados (Contadores Internos).

CONTABILIDADE PÚBLICA

1 Conceito.

2 Campo de Aplicação.

3 Regimes Contábeis: Orçamentário e Patrimonial.

4 Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP (vigentes e atualizadas) - Estrutura Conceitual; NBC TSP 01 - Receita de Transação sem Contraprestação; NBC TSP 02 - Receita de Transação com Contraprestação; NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

5 Subsistemas de Informações: Orçamentária, Patrimonial, Compensação, Custos.

6 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T (vigentes e atualizadas).

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição, válidas a partir do exercício de 2022:

7 Exercício Financeiro.

8 Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

9 Receita e Despesa Extra orçamentária: Conceito e Contabilização.

10 Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público Atualizado: Anexos - Ementário da Receita e do PCASP.

Procedimentos Contábeis Orçamentários: Receita Orçamentária: Conceito, Classificação da Receita Orçamentária, Reconhecimento da Receita Orçamentária, Relacionamento do Regime Orçamentário com o Regime Contábil, Etapas da Receita Orçamentária, Procedimentos Contábeis referentes à Receita Orçamentária.

Despesa Orçamentária: Conceito, Classificações da Despesa Orçamentária, Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais, Reconhecimento da Despesa Orçamentária, Etapas da Despesa Orçamentária, Procedimentos Contábeis referentes à Despesa Orçamentária, Despesas de Exercícios Anteriores.

Procedimentos Contábeis Patrimoniais: Patrimônio Público: Conceito, Composição, Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido/Saldo Patrimonial.

Variações Patrimoniais: Qualitativa, Quantitativa e Resultado Patrimonial.

Ativo Imobilizado. Ativo Intangível.

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: Aspectos Gerais e Estrutura do PCASP.
Detalhamento das Contas do PCASP.

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Orçamentário.
Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial.

Demonstração das Variações Patrimoniais. Demonstração do Fluxo de Caixa.
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido. Consolidação das
Demonstrações Contábeis.

11 Registros Contábeis de Operações Típicas.

12 Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI:
Objetivos, vantagens e principais atribuições. Estrutura do SIAFI. Principais
documentos de entrada e saída do SIAFI.

13 Legislação:

Lei Complementar nº 101/2000 e alterações.

Lei Federal nº 10.180/2001, Lei Federal nº 4.320/1964.

Decreto nº 93.872/1986,

Decreto-Lei nº 200/1967 e alterações.

NOÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

1 Controle Interno no Setor Público Federal: Técnicas e Controle: Auditoria e
Fiscalização. Papeis de Trabalho; Nota; Relatório; Registro das Constatações;
Certificado; Parecer. Amostragem (IN nº01/2001- SFCI).

2 Controle Externo no Setor Público Federal: Normas de Auditoria do Tribunal de
Contas da União - NAT: Classificação e Objetivos da Auditoria.

Identificação e Avaliação de Objetivos, Riscos e Controles.

Comunicação com o Auditado e Requisições de Documentos e Informações.

Planejamento e Execução de Auditorias.

Relatório de Auditoria. Regimento Interno do TCU: Atividade de Controle Externo.

3 Prestação de Contas e Relatório de Gestão: Instrução Normativa nº 63/2010 do
TCU.

4 Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

5 Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário.

6 Lei Complementar nº 101/2000: Da Transparência, Controle e Fiscalização.

7 Lei Federal nº 4.320/1964: Título VIII - O Controle da Execução Orçamentária.

- 8 Execução de Auditoria nas Contas Patrimoniais e de Resultados.
- 9 Normas Vigentes de Auditoria Emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade: Normas Profissionais de Auditor Independente (NBC PAs). Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em conformidade com Normas de Auditoria (NBC TA 200).
 - Documentação de Auditoria (NBC TA 230).
 - Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude no Contexto da Auditoria de Demonstrações Financeiras (NBC TA 240).
 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre As Demonstrações Financeiras (Série 700 das NBC TAs).
- 10 NBC TI 01 - Da Auditoria Interna. NBC PI 01 - Normas Profissionais do Auditor Interno.

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

- 1 Constituição Federal.
 - 1.1 Da Tributação e do Orçamento.
 - 1.1.1 Do Sistema Tributário Nacional.
 - 1.1.1.1 Dos Princípios Gerais.
 - 1.1.1.2 Das Limitações do Poder De Tributar.
 - 1.1.1.3 Dos Impostos da União.
 - 1.1.1.4 Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal.
 - 1.1.1.5 Dos Impostos dos Municípios.
 - 1.1.1.6 Da Repartição das Receitas Tributárias.
 - 1.1.2 Das Finanças Públicas.
 - 1.1.2.1 Normas Gerais.
 - 1.1.2.2 Dos Orçamentos.
 - 1.2 Da Ordem Social.
 - 1.2.1 Da Seguridade Social.
 - 1.2.1.1 Disposições Gerais.
 - 1.2.1.2 Da Previdência Social.
- 2 Noções básicas sobre tributos.
 - 2.1. Código Tributário Nacional –
 - 2.1.1. LIVRO PRIMEIRO –

- 2.1.1.1. Sistema Tributário Nacional - Títulos I a V.
- 3 Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.
- 4 Retenções na fonte realizadas pela administração pública federal.
- 4.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.
- 4.2 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.
- 4.3 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF.
- 4.4 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.
- 4.5 Participações governamentais.
- 4.6 Programas de Integração Social e de formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.
- 4.7 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.
- 4.8 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE.
- 4.9 Imposto Sobre Serviços - ISS
- 4.10 Contribuição Previdenciária - INSS
- 4.11 Legislação básica e suas atualizações.
- 4.12 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.
- 4.13 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários - IOF.
- 5 Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil - INRFB:
- 5.1. INRFB nº 971/2009.
- 5.2. INRFB nº 1.234/2012.
- 5.3. INRFB nº 1.310/2012.
- 6 Leis Complementares Federais:
- 6.1. Lei Complementar nº 24/1975 - CONFAZ.
- 6.2. Lei Complementar nº 87/1996 - ICMS.
- 6.3. Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
- 6.4. Lei Complementar nº 116/2003 - ISS.
- 6.5. Lei Complementar nº 123/2006 - Simples Nacional.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- 1 Administração Pública: Princípios Constitucionais Relativos à Administração Pública. Probidade e Discricionariedade Administrativa.
- 2 Orçamento Público: Conceito, Princípios Orçamentários.
- 3 Ciclo Orçamentário: Elaboração da Proposta, Estudo e Aprovação, Execução e Avaliação da Execução Orçamentária.
- 4 Orçamento Programa: Fundamentos e Técnicas.
- 5 Orçamento Público no Brasil: Lei Federal nº 4.320/1964.
- 6 Orçamento na Constituição Federal de 1988: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual.
- 7 Despesa Orçamentária: Estrutura da Programação Orçamentária. Classificação da Despesa por Esfera Orçamentária. Classificação Institucional. Classificação Funcional da Despesa. Estrutura Programática. Classificação: Categoria Econômica, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade Aplicação, Elemento de Despesa.
- 8 Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária.
- 9 Despesas de Exercícios Anteriores.
- 10 Suprimento de Fundos.
- 11 Receita Orçamentária: Classificação por Natureza: Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades da Receita, Tipo. Classificação da Receita por Esfera Orçamentária.
- 12 Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores.
- 13 Créditos Orçamentários Iniciais e Adicionais.
- 14 Etapas da Receita Orçamentária e da Despesa Orçamentária.
- 15 Restos a Pagar.
- 16 Dívida Ativa.
- 17 Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal: Disposições Preliminares, Planejamento, Receita e Despesa Pública, Transferências voluntárias, Destinação de Recursos para o Setor Privado, Dívida e Endividamento. Gestão Patrimonial e Contábil, Emenda Constitucional nº 095/2016;
- 18 Execução orçamentária e financeira na visão da Nova Contabilidade Pública (Parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª edição, válidas a partir do exercício de 2022).

19 Gestão Organizacional das Finanças Públicas: Sistema de Planejamento e Orçamento e de Programação Financeira constantes da Lei nº 10.180/2001.

20 Licitações: Lei nº 8.666/1993 e alterações.

Lei nº 10.520/2002.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova